MARECHAL-DE-CAMPO JOÃO CARLOS D'OEYNHAUSEN E GRAVENBURG — MARQUÊS DE ARACATI

ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA

Descendente, pelo lado materno, de uma das mais ilustres casas titulares portuguêsas, Alorna e Assumar, prestou o Marquês de Aracati ao Império do Brasil, sua segunda pátria, relevantes e inesquecíveis serviços. Foi Grande do Império, Governador das Capitanias do Grão Pará e Rio Negro, Ceará e Mato Grosso, Capitão-General da de São Paulo, Marechal-de-Campo, Ministro dos Estrangeiros e da Marinha, Gentil-Homem da Câmara de Sua Majestade e Senador do Império.

Nasceu João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravenburg em Lisboa a 12-10-1776 e faleceu em Moçambique a 28-5-1838, aos 61 anos, 7 meses e 16 dias. Era filho do Tenente-General Conde Carlos Augusto d'Oeynhausen e de sua espôsa D. Leonor de Almeida Portugal, Lorena e Lencastre, 4.ª Marquesa d'Alorna e 6.ª Condessa de Assumar. O pai, pertencente a uma família nobre da Westfália, serviu como Ajudante-General das tropas alemãs do Rei Jorge II da Inglaterra. Passou, depois, para o exército do landgrave de Hesse-Cassel, ao mando do Duque de Brunswick. Exerceu, depois, importantes funções diplomáticas em Viena, Haia e Berlim. Em 1776 passou a viver em Portugal, onde freqüentava a primeira sociedade, casando com uma de suas mais destacadas figuras, a Marquesa d'Alorna. Foi, depois, nomeado Ministro de Portugal em Viena d'Áustria. Voltando a Portugal, foi Coronel do 1.º Regimento de Infantaria do Pôrto, Marechal-de-Campo e Tenente-General. Morreu em 1793, antes de assumir o cargo de Governador do Algarve, para o qual havia sido nomeado pelo Príncipe Regente. A Marquesa d'Alorna, em companhia da mãe, que era filha do Marquês de Távora, passou a meninice recolhida ao Convento de Chelles, onde as haviam encerrado por motivo da tentativa de regicídio de 1758. Em janeiro de 1776 casava com o Conde de Oeynhausen, que era Ministro de Portugal em Viena d'Áustria. Depois da morte do marido, voltou a Portugal, indo residir em Almeirim, a cuidar da educação dos filhos. As perturbações políticas afastaram-na do Reino, para onde só voltou em 1813. Por morte de seu cunhado D. Pedro de Almeida Portugal, 3.º Marquês d'Alorna, herdou-lhe o título. Era notável poetisa e sua obra foi reunida em 6 volumes.

O jovem João Carlos, tendo feito os estudos primários com sua mãe, freqüentou os melhores colégios de Viena e, ao completar os estudos de humanidades, foi para Portugal, alistando-se, a 15-4-1793, na Armada Real, como Aspirante, sendo, a 5 de junho seguinte, despachado Guarda-Marinha. A 6-11-1796 concluía o curso naval e a 10 era promovido a 2.º Tenente. A 22-7-1797 era transferido para o Real Exército, com a patente de Capitão, ficando agregado à Arma de Infantaria e passando a servir como Ajudante-de-Ordens do Marechal Príncipe Cristiano de Waldeck. Em 1799 era mandado servir no Brasil, na qualidade de Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Rio Negro. Ali conservou-se até sua nomeação para substituir o Chefe de Esquadra Bernardo Manoel de Vasconcelos no cargo de Governador da Capitania do Ceará. Uma junta provisória governou até sua chegada em janeiro de 1803. O nôvo Governador, como nos conta Otelo de Sousa Reis, «encontrou o Ceará dividido em verdadeiros feudos, existindo muitos potentados rurais, para os quais não havia leis, donde resultava ficarem impunes crimes de tôda a sorte, inclusive de mor-

te». Estabeleceu a disciplina, a obediência à lei, o principio da autoridade. Em suas «Voyagens Pittoresques en Amérique» Henri Koster nos relata como Oeynhausen enfrentou, com sua pequena comitiva, no interior da Capitania, o célebre Coronel Manoel Martins Feitosa, em cuja casa buscou pousada à noite, para conseguir capturá-lo pessoalmente, deportando-o para Lisboa, onde viria falecer dois anos depois.

A 9-7-1806 era nomeado Capitão-General da Capitania do Mato Grosso, cargo em que se empossou em Vila Bela a 18-11-1807. Durante seu Govêrno da longínqua capitania, o Principe Regente D. João, atendendo a que sua carreira militar ficara retardada pelas comissões civis, que com tanto brilho vinha exercendo, promoveu-o, em Carta Régia de 24-6-1813, ao pôsto de Sargento-Mor com a graduação de Tenente-Coronel e considerado adido ao Estado-Maior. A 30 de dezembro seguinte, ainda no Govêrno do Mato Grosso, era promovido a Coronel, com antiguidade de 12 de outubro anterior. Em Carta Régia de 6-2-1818, el-Rei D. João VI o graduava no pôsto de Brigadeiro, em atenção a reais serviços, e a 7-1-1819 deixava Oeynhausen o Govêrno do Mato Grosso, que exercera durante onze anos, a contento do povo e do Govêrno Central. Sua comissão seguinte foi o Govêrno da Capitania de São Paulo, cargo que assumiu na respectiva capital a 25-4-1819. Logo no início de sua administração, viu-se o Brigadeiro a braços com numerosa horda de bugres, que ameaçava a população do distrito de Itapera. Tôdas as providências foram por êle tomadas, pois conhecia perfeitamente, de sua longa estada no Mato Grosso, de quantas atrocidades eram capazes os índios. Outra preocupação sua no Govêrno de São Paulo foi a notícia de que os espanhóis, desejando recuperar suas antigas colônias de além-mar, hostilizariam o território do Reino Unido na América. Felizmente os boatos não se confirmaram, mas o Governador, com extenso litoral a defender, tomou as medidas bélicas necessárias, dividindo seu território em 4 distritos militares, guarnecidos por outras tantas divisões. Um Aviso Régio de 28-2-1820 pôs têrmo aos boatos, esclarecendo, em definitivo, a situação. A 25-11-1820, atendendo aos serviços prestados ao Rei, era efetivado no pôsto de Brigadeiro. A 21-6-1821, eleito pelo povo e tropa, era o Brigadeiro Oeynhausen elevado à Presidência da Junta Provisória de Govêrno na Província de São Paulo. Do Govêrno Provincial fazia parte Martim Francisco, irmão do Ministro do Império, José Bonifácio de Andrada e Silva. O Presidente Brigadeiro Oeynhausen, o Juiz-de-Fora José da Costa Carvalho e o Brigadeiro Francisco Inácio de Souza Queiroz entraram em luta contra os Andradas. José Bonifácio chama, então, ao Rio, os dois primeiros e Francisco Inácio aproveita-se para depor Martim Francisco e o Comandante das Armas, Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão. É a chamada «bernarda» de Francisco Inácio. O Ministro do Império, em decreto de 25-6-1822, substitui o Brigadeiro na Presidência e, como desagravo, confia ao irmão Martim Francisco a pasta da Fazenda. Oeynhausen recolhe-se, então, à Côrte, ficando sem função militar específica, mas a estrêla dos Andradas também se apagaria e seus serviços e lealdade ao Fundador do Império seriam reconhecidos e recompensados. Assim, a 12-10-1825, D. Pedro I o fazia Visconde de Aracati, com honras de grandeza e a 22-1-1826 escolhia seu nome para formar o primeiro Senado do Império, representando a Província do Ceará e tendo como companheiros de bancada o Dr. João Antônio Rodrigues de Carvalho, o Coronel Pedro José da Costa Barros e o Padre Domingos da Mota Teixeira. A 12-10-1826 era elevado a Marquês da mesma legenda e a 7-2-1827 reformado no pôsto de Marechal-de-Campo.

A 20-11-1827 organizava-se nôvo ministério, integrado por deputados, com o Dr. Pedro de Araújo Lima na pasta do Império. Era a experiência de um ministério parlamentar. Para a dos Estrangeiros foi convidado o Marechal Marquês de Aracati. Importante questão internacional teve que resolver o ilustre titular: a questão do aprisionamento de navios franceses pela esquadra impe-

rial em operações de guerra e bloqueio do Rio da Prata. O Almirante francês Barão de Roussin, exibindo instruções de seu Govêrno, entra inesperadamente na Guanabara, à frente de numerosa divisão naval, a exigir, com a devolução dos navios apresados, vultosa indenização. Procurou-se, mais tarde, explorar essa façanha do Almirante francês, principalmente num artigo da «Revue des Deux Mondes», denominado «L'Expedition du Tage» e cujo autor era o Almirante Juriem de la Gravière. Tínhamos no pôrto do Rio apenas a nau «Pedro I», a fragata «Principe Imperial», uma canhoneira, dois brigues e uma corveta. Estávamos em paz com a França e nenhum navio de nação amiga estava impedido de entrar na Baía da Guanabara. O Ministro recebeu atenciosamente o representante francês Marquês de Gabriac, mas exigiu, para começo de qualquer entendimento, a imediata retirada da esquadra francesa, o que foi concretizado em documento firmado a 21-8-1828. Outro assunto de magna importância que teve o Ministro de resolver foi o da proposta do mediador inglês para que fôsse desanexada do Império a Província Cisplatina, no que foi eficientemente secundado por seu colega de Ministério, o Conselheiro José Clemente Pereira.

A 15-6-1828 o Imperador demite o Ministro da Guerra, Brigadeiro Bento Barroso Pereira, substituindo-o pelo Conselheiro Visconde de Jerumirim. Todos os outros Ministros se demitiram, à exceção do dos Estrangeiros, que continuou na pasta até 4-12-1829, acumulando a gestão dos negócios da Marinha, até 6-1-1829, quando a passou ao Visconde de Jerumirim. Ministro da Guerra. Seguem-se então os acontecimentos que culminaram com a abdicação do 1.º Imperador. D. Pedro, a 5-4-1831, premido pelas circunstâncias resolve modificar o Ministério. Nomeia outro, que apenas dura dois dias, e a que dariam, mais tarde, o nome de Ministério dos Medalhões ou dos Marqueses, pois só o Ministro da Justiça não o era. Dêle fazia parte, ainda na pasta dos Estrangeiros, o Marquês de Aracati. A escolha, amplamente explorada pela oposição e pela imprensa, aumentou a indignação e a ira populares. O povo, na Capital do Império, principalmente, sabia quanto era êsse Ministério subserviente a S. Cristóvão. Começava o que Teófilo Otôni chamaria «la journée des dupes» — o dia dos parvos, dos logrados... No dia 7 de abril D. Pedro abdicava na pessoa do Imperador-menino e saía barra fora, aqui deixando uma regência provisória. Oeynhausen e Gravenburg durara apenas dois dias na pasta, que a Regência confiou ao Dr. Francisco Carneiro de Campos.

Fiel a seu soberano, a quem servira desde a primeira hora, o Marquês embarcava, logo depois, para a Europa, fixando residência em Lisboa. Como não comparecesse à abertura da Assembléia Legislativa e por afastar-se do Brasil sem a devida permissão do Presidente do Senado, foi, a 19-5-1831, considerada vaga sua cadeira na representação cearense da Câmara vitalícia. Foi ocupá-la o Padre José Martiniano Pereira de Alencar, pai do grande romancista do indianismo. Aceitando, mais tarde, a nomeação do Govêrno português para Governador de Moçambique, incorreu o Marquês na sanção do n.º 2 do art. 7.º da Carta Constitucional do Império do Brasil, perdendo os direitos de cidadão brasileiro que adquirira em 1822, aderindo à Independência.

O nobre Marechal Aracati morreu em Moçambique, sendo-lhe prestadas tôdas as homenagens a que tinha direito como Governador, sendo seus despojos transportados para Portugal e inumados em Lisboa, no rico jazigo da família.

Não podia ser olvidado, nesta galeria de valôres nacionais, o ilustre titular do Império Brasileiro, que tantos serviços prestou a êste País, durante 30 anos. Serviços de alta valia, notadamente no preparo da separação das duas coroas e na consolidação da paz interna, depois da independência. Os atos diplomáticos que praticou, como Ministro dos Estrangeiros, nas duas graves situações apontadas, bastariam para incluí-lo entre os mais esforçados e ilustres ocupantes daquela pasta e, conseqüentemente, entre os vultos políticos que fizeram esta Nação grande e respeitada.